



REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NO CONTO DE FADAS “A ROSEIRA”

Autora: Rossana Rossigali

Afiliação: *Universidade de Caxias do Sul / E-mail: rrossigali@yahoo.com.br*

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo discutir, no âmbito do grupo de trabalho “Representações da infância nas literaturas anglófonas”, o conto de fadas “A roseira”, selecionado por Joseph Jacobs em sua obra “Contos de fadas ingleses” (1890), e compará-lo com “O pé de zimbro”, versão de Philipp Otto Runge também utilizada pelos irmãos Grimm. “A roseira” conta a história de dois irmãos, e de como a menina é preterida em prol do menino, chegando a ser assassinada pela madrasta. Tal tratamento desigual entre os filhos é um dos assuntos estudados por este texto, que investiga, igualmente, outros aspectos históricos da infância na Europa ocidental.

Palavras-chave: A roseira, Contos de fadas, Representações da infância nas literaturas anglófonas.

Nelly Novaes Coelho afirma que a narrativa dos contos de fadas envolve a “magia feérica”, que engloba, dentre outros, princesas, príncipes, reis, rainhas, fadas, metamorfoses e objetos mágicos. Além disso, geralmente, os contos de fadas põem o tempo e o espaço fora da realidade conhecida. Ainda segundo Coelho, o idealismo é uma característica dos contos de fadas, havendo também uma preocupação com os valores do espírito humano.

Para Angela Carter, “a expressão contos de fadas é uma figura de linguagem, usada de forma bastante livre, para descrever o grande volume de narrativas infinitamente variadas que eram e ainda são oralmente transmitidas e difundidas mundo afora – histórias anônimas que podem ser reelaboradas vezes sem fim por quem as conta, o sempre renovado divertimento dos pobres”. (CARTER, 2011, p. 7). Pobres que constituíam a maioria dos europeus até a metade do século XIX.

Os contos de fadas constituem-se em um elo de ligação com um mundo de imaginação feito por homens e mulheres comuns. Podem representar como era a vida desses pobres anônimos – como diz Angela Carter, “às vezes até com uma incômoda fidelidade – a pobreza, a fome, as relações familiares instáveis, a crueldade que tudo permeia e também, em alguns casos, o bom humor, o vigor, o consolo terra-a-terra do calor de um bom fogo e de uma barriga cheia” (CARTER, 2011, p. 10).

Como salienta Carolina Marinho, “os contos estão inextricavelmente ligados ao contexto sócio-cultural, sendo uma forma privilegiada de expressão literária de todas as sociedades”. (MARINHO, 2009, p.47). Robert Darnton, trabalhando com a história das mentalidades, estuda os



modos de pensar na França do século XVIII, analisando os contos populares em seu livro *O grande massacre de gatos*.

Os camponeses conviviam com privações diversas e com a fome. Para Darnton, “os camponeses, no início da França moderna, habitavam um mundo de madrastas e órfãos, de labuta inexorável e interminável, e de emoções brutais tanto aparentes quanto reprimidas” (DARNTON, 1986, p. 47). Esse quadro geral de brutalidade é claramente perceptível nos contos, inclusive em *O pé de zimbro* – conhecido também como “Minha mãe me matou, meu pai me comeu” - e na versão inglesa *A roseira*, que conta a história de dois irmãos, e de como a menina é preterida em prol do menino, chegando a ser assassinada pela madrasta. As versões divergem quanto ao fato de *A roseira* omitir o destaque dado por *O pé de zimbro* à gravidez da mãe da primeira criança, intimamente ligada aos ciclos da natureza. Além disso, em *O pé de zimbro* é o menino quem é degolado.

Cabe, neste ponto, tecer um panorama histórico acerca da trajetória histórica da família. Houve uma grande transformação na família europeia ocidental a partir do momento em que suas relações internas com a criança foram modificadas, fato ocorrido nos séculos XVI – XVII. Na Idade Média, toda a educação realizava-se por intermédio da aprendizagem, conferindo-se a essa noção um sentido muito mais abrangente do que o que ela adquiriu posteriormente. As crianças não ficavam nas próprias casas: a partir dos sete anos, eram enviadas a outras famílias para lá aprender os modos de um cavaleiro, um ofício, ir à Escola e saber as letras latinas. Tal aprendizagem era um hábito que perpassava todas as condições sociais. Como a regra básica, então, era uma aprendizagem empírica, a Escola configurava-se em uma exceção.

De maneira geral, o conhecimento era transmitido de uma geração a outra pelo contato das crianças com os adultos. Isso explica por que elas estão sempre misturadas aos adultos, em toda a sorte de atividades, mesmo em lugares de péssima reputação.

Dessa forma, não era possível para a família forjar, nesses tempos, laços sentimentais profundos com as crianças. Havia uma outra maneira de amar os filhos: os pais “se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que lhes tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam trazer à obra comum, ao estabelecimento da família” (ARIÈS, 1986, p. 231), que se traduzia em uma realidade muito mais moral e social que propriamente sentimental.

A partir do século XV, a Escola passa a ser a instituição responsável pela educação – em substituição às anteriores concepções práticas de aprendizagem – e pela passagem da infância à idade adulta. Concomitantemente, os pais passaram a não querer se afastar muito das crianças, procurando mantê-las junto de si o maior tempo possível. Então, o fenômeno da proliferação de



escolas atesta uma inegável mudança da família, que começa a se concentrar na figura da criança. As relações entre pais e filhos ficam, progressivamente, mais sentimentais. Assim, a família moderna e a Escola parece terem nascido simultaneamente.

Contudo, essa escolarização não atingiu a todos os setores da população, indistintamente. As meninas, por exemplo, durante muito tempo, ainda continuariam a ser educadas pela prática e pelo costume, muito mais do que pela Escola, e, frequentemente, em casas alheias. As garotas só teriam acesso, efetivamente, à escolaridade, a partir do século XVIII / começo do XIX, para o que concorreram os esforços notáveis de M^{me}. de Maintenon e de Fénelon.

A sociedade familiar do final da Idade Média até o século XVII baseou-se no privilégio do filho, tanto aquele beneficiário de sua condição de primogênito, quanto aquele beneficiado pela escolha dos pais. Essa situação, porém, não perdurou até o século XVIII, pois a família-casa paulatinamente transformava-se na família sentimental moderna, que primava pelo respeito à igualdade entre os filhos.

Outro aspecto importante a ser considerado diz respeito à lactação. Até o fim do século XIX, as pessoas oriundas dos meios ricos, nobres e burgueses entregavam as crianças a amas-de-leite, as quais, gradualmente, começaram a morar na casa da família, em substituição à prática anterior de o bebê residir com a ama.

Os sentimentos, no âmbito familiar, acompanham os progressos da vida privada. Para cultivá-los, é necessário um caráter de intimidade no interior da família, característica que, no século XVII, ainda não estava consolidada, tendo em vista que “não existia separação entre a vida profissional, a vida privada e a vida mundana ou social. O essencial era manter as relações sociais com o conjunto do grupo onde se havia nascido, e elevar a própria posição através de um uso hábil dessa rede de relações” (ARIÈS, 1986, p. 239). Então, essa época presenciou um embate entre as forças centrífugas (sociais) e as centrípetas (familiares), e o equilíbrio obtido entre elas, no século XVII, não resistiu aos progressos da intimidade, possivelmente em razão dos progressos técnicos.

No que tange à educação, desejava-se saber qual era mais vantajosa: a particular, realizada em casa, ou a pública, levada a efeito na Escola. Havia uma verdadeira aversão pela educação pública, pois a crença geral era a de que a Escola era dirigida por pedantes, além de aplicar uma disciplina muito rígida. Todavia, o verdadeiro motivo desta hostilidade baseava-se no apego que alguns nutriam pela antiga educação empírica, que atribuía à sociedade a função de treinar a criança *in loco*, sem a presença de etapas intermediárias ou preparatórias.

Assim, no decorrer do século XVII existiu uma corrente de repugnância à Escola. Tal



resistência pode ser entendida tendo-se em mente que essa era uma instituição recente. Os próprios educadores moralistas, que souberam compreender, ao contrário de seus contemporâneos, a importância da educação, não foram capazes de apreender as potencialidades da Escola no treinamento das crianças. Entretanto, melhor do que esses educadores, o senso comum soube conciliar a escola e a civilidade (quer dizer, os conhecimentos de caráter prático imprescindíveis para o convívio em sociedade), pois coexistiam os dois sistemas de educação: a escolar e a realizada por intermédio do mundo.

Os tratados de civilidade, que se constituíam em uma espécie de guias de conversação e boas maneiras, eram muito populares, o que prova que a Escola não havia, efetivamente, abarcado todas as formas de transmitir o conhecimento. Tais obras, que inicialmente tinham como público-alvo tanto adultos quanto crianças, passaram, na segunda metade do século XVII, a fazer recomendações exclusivas para os pequenos aprendizes, como, por exemplo, as referentes ao comportamento escolar. Essa evolução dos tratados, que agora instruíam a família sobre seus deveres e responsabilidades, reflete a trajetória familiar, do final do século XV, quando se encontrava atrelada aos hábitos medievais de aprendizagem em casas de terceiros, até os anos 1650-1700, quando já estava organizada ao redor das crianças.

Um ponto relevante, considerando-se que tudo dependia das relações sociais, consiste em saber onde as pessoas costumavam se encontrar. A resposta é: na rua. Como a sociedade dos séculos XVI e XVII não dispunha de cafés ou *pubs*, e as tavernas eram consideradas lugares mal afamados, a casa grande exercia uma função pública, e foi justamente aí, na residência dessas figuras ricas e proeminentes, que nasceu a primeira família moderna, um ambiente que, se por um lado, representava o meio cultural do sentimento da infância e da família (essa relação afetiva, ou ao menos a consciência dela, era algo realmente novo), por outro propiciava situações de permanente promiscuidade.

Nessa época, residiam numa casa grande numerosos habitantes. Ela proporcionava a clientes, amigos, protegidos e parentes um local único, onde se encontravam e conversavam. Essa incessante visitação dava a impressão de ser uma ocupação em si mesma, chegando a comandar a vida da casa. De acordo com educadores do século XVII, a frequência e o horário das visitas impediam a imposição de uma rotina regular.

Além disso, a casa grande, por ser pública, não oferecia momentos de privacidade, uma vez que as visitas com finalidades profissionais ocorriam nos mesmos cômodos ocupados pela família. Aliás, com exceção da cozinha, não havia utilização específica para as partes da casa, as quais eram



interdependentes. Assim, para se chegar a um cômodo, era preciso atravessar outro, visto que não existia corredor de acesso. Fica, então, muito fácil imaginar como seria “caótica” a vida doméstica.

Não obstante os protestos dos moralistas, as crianças estavam profundamente associadas aos criados. Nessa época, elas ainda incumbiam-se dos trabalhos domésticos que as aproximavam do universo dos servidores, sendo particularmente responsáveis pelo serviço da mesa. Observa-se, então, que até o século XVII essa noção de serviço e de dependência ainda não continha um caráter desprezível, pois a própria sociedade configurava-se em uma rede de “dependências”. É de se notar, também, que tanto os criados quanto as crianças inspiravam mais sentimentos de proteção e piedade do que de justiça. Posteriormente, os servidores passaram a ser associados às degradadas camadas dos trabalhadores manuais.

No século XVIII, a família começa a se separar da sociedade, delimitando mais claramente os espaços públicos e os privados. Desse modo é que ocorre uma redefinição das funções tanto do local que abriga a família, como de seus próprios componentes. É assim que a arquitetura da casa modifica-se, objetivando criar espaços independentes, que atendam especificamente às necessidades de seus destinatários. Como exemplo pode-se citar o quarto do casal, que passa a abrigar sua intimidade, evitando “atitudes promíscuas” em meio às crianças.

Tal divisão constituiu-se em uma das mudanças mais significativas da vida diária - e surgiu, primeiramente, com a burguesia e a nobreza. No entanto, o conceito de vida familiar foi se estendendo, lentamente, a quase toda a sociedade, a tal ponto que praticamente foram esquecidos seus antecedentes históricos aristocráticos e burgueses. Essa lentidão deve ser enfatizada, pois, em pleno início do século XIX, a maior parte da população – a mais pobre – ainda vivia segundo os costumes das famílias da Idade Média, com as crianças morando separadas dos pais.

A organização da casa – já moderna – passou a refletir uma nova necessidade de defesa contra o mundo e de isolamento. Tanto é que os criados agora ficavam confinados às áreas que lhes eram destinadas, e não mais era educado ir à casa de um amigo a qualquer hora e sem aviso prévio. Uma nova etiqueta se impunha, a qual propugnava pela discrição e pelo respeito à intimidade alheia.

A família, no século XVIII, reduzia-se aos pais e às crianças, excluindo-se os criados, clientes e amigos. A saúde e a educação seriam, doravante, as duas preocupações centrais dos pais, externadas nas correspondências da época.

Uma das características mais marcantes desta nova família é a preocupação com a igualdade entre os filhos. A partir do final do século XVIII, a desigualdade entre os filhos era injustificável. Verifica-se, então, que o sentimento de família presente nessa época já era o que perdurou pelo



século XIX e começo do século XX.

A nova família constitui-se e mantém-se unida fundamentada em valores como o sentimento, o costume e o gênero de vida, pois “a família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que ela não era antes” (ARIÈS, 1986, p. 11).

Em suma, até o início da Idade Moderna o sentimento de infância era praticamente inexistente – daí resultando uma insignificante preocupação com o alto índice de mortalidade infantil. Há também que se comentar sobre a taxa de mortalidade materna. Conforme assinala Angela Carter, a recorrente figura da madrasta, nos contos de fadas, “indica o quanto os ambientes domésticos descritos nessas histórias se mostram passíveis de enormes mudanças internas e inversão de papéis”. (CARTER, 2011, p. 19). Trata-se de um tempo em que “a taxa de mortalidade das mães era alta e em que uma criança podia ter de conviver sucessivamente com uma, duas, três ou até mais madrastas antes de ela própria ingressar na perigosa carreira da maternidade” (CARTER, 2011, p. 19).

A mesma autora ainda propugna que, majoritariamente, “as famílias dos contos de fadas (...) são unidades instáveis, em que pais biológicos e pais adotivos se mostram negligentes até o ponto do assassinato (...). Um perfil da típica família europeia do conto de fadas estaria classificado como ‘família em situação de risco’ nos dossiês de uma assistente social dos dias de hoje” (CARTER, 2011, p. 19). Certamente é o caso de *O pé de zimbros* e *A roseira*.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CARTER, Angela. *A menina do capuz vermelho e outras histórias de dar medo*. São Paulo: PenguinClassics Companhia das Letras, 2011.

COELHO, Nelly Novaes. *O conto de fadas – símbolos, mitos, arquétipos*. São Paulo: DCL, 2003.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

JACOBS, Joseph. *Contos de fadas ingleses*. São Paulo: Landy, 2002.

MARINHO, Carolina. *Poéticas do maravilhoso no cinema e na literatura*. Belo Horizonte: PUC Minas, Autêntica, 2009.

PUPPI, Andréa; ROSSIGALI, Rossana. *Maternidade do Paraná: vigilância e controle – Curitiba: 1914 – 1920*. 1990. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso – História, Universidade Federal do



VI ENLIJE

Literatura e outras artes: reflexões, interfaces e diálogos com o ensino.

Paraná, Curitiba.

ROSSIGALI, Rossana. *Júlia Lopes de Almeida: (re) conhecendo uma obra olvidada*. 2011. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Letras Português-Inglês, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

TATAR, Maria. *Contos de fadas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

(83) 3322.3222

contato@enlije.com.br

www.enlije.com.br



VI ENLIJE

Literatura e outras artes: reflexões, interfaces e diálogos com o ensino.

(83) 3322.3222

contato@enlije.com.br

www.enlije.com.br